

I N F O R M E CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia - 1ª Região do Rio de Janeiro - nº 47 - Março - 1993

Quanto vale esta luz?

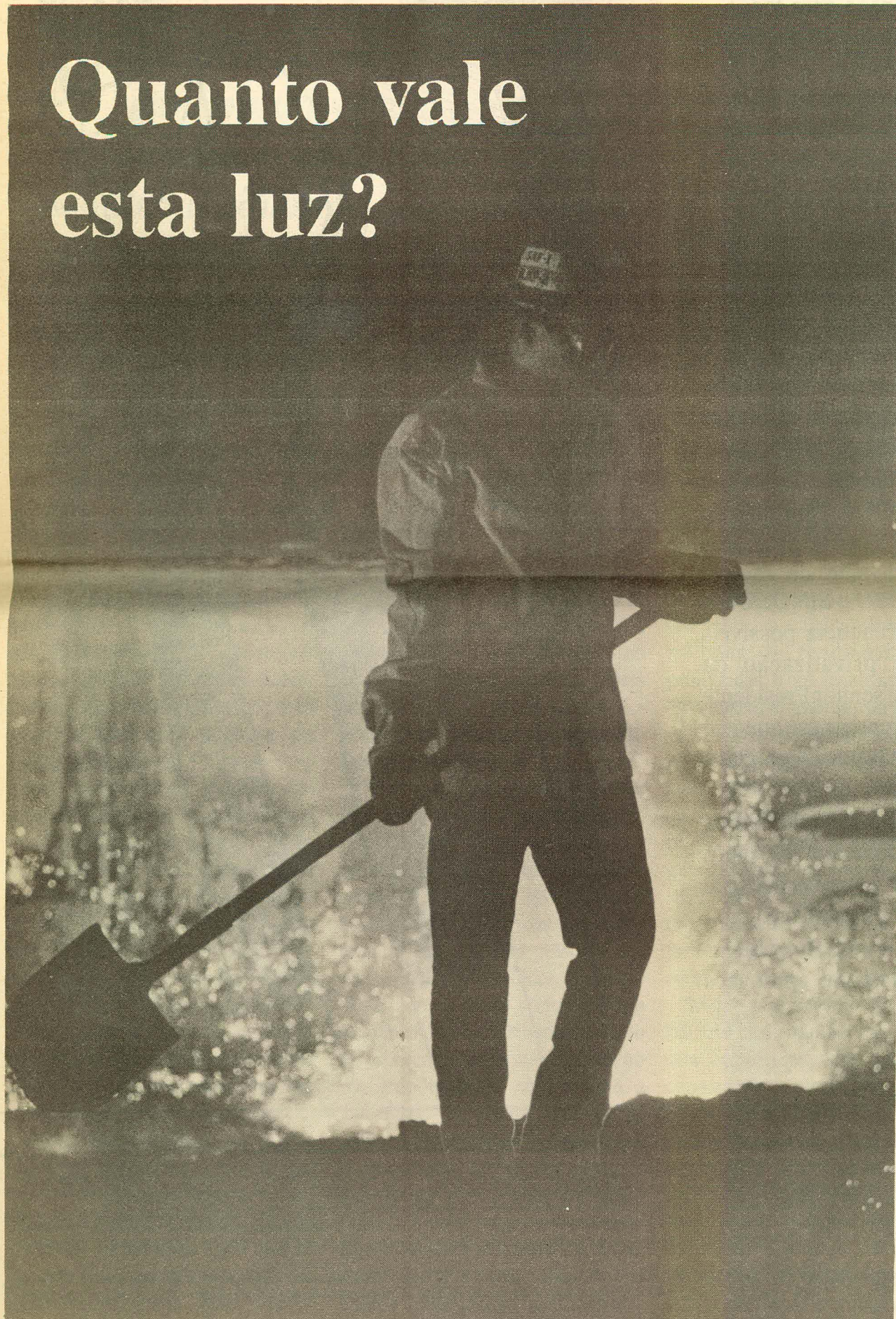


FOTO: LUCIANA WHITAKER

A Companhia Siderúrgica Nacional, empresa estatal que é o marco da industrialização do Brasil, está prestes a ser vendida por US\$ 1,5 bilhão. Mas ela vale, pelo menos, US\$ 11 bilhões.

Páginas 3 e 4

Em debate:
Parlamentarismo
versus
Presidencialismo:

Páginas 6, 7 e 8

Inflação de abril
pode ser de
28,8%

Páginas 10 e 11

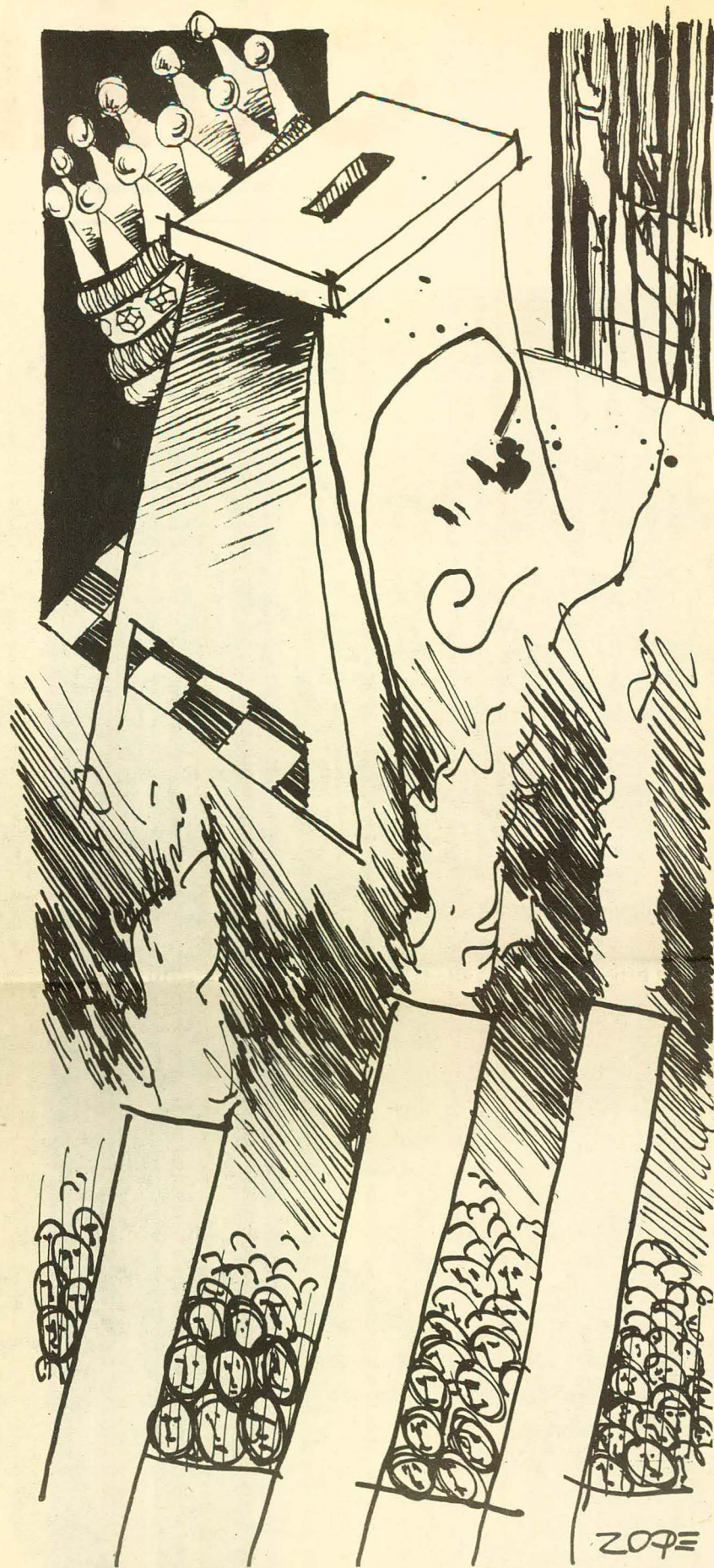
Normalmente, nossos editoriais expressam a opinião do CORECON sobre os temas abordados no Informe cientes de que tal opinião, dado o caráter de representatividade do Conselho, é de certo modo o reflexo do posicionamento dos economistas do Estado.

Optamos em evitá-la neste número pois, por um lado, pretendemos abrir espaço para todas as opiniões sobre as questões apresentadas e, por outro, não identificamos consenso sobre elas.

No primeiro, que ocupa maior espaço, pretendemos, garantido o pluralismo de idéias, deixar fluir a discussão sobre as formas e sistemas de governo propostos. Além da transcrição do debate promovido pelo CORECON com a participação de cientistas políticos representando universidades brasileiras, européias e americanas e dos artigos que expressam opiniões livres de seus autores, contamos com a colaboração de Henri Acselrad que, em seu texto, procura dar um formato diferenciado ao tema, colocando-o em patamares que ultrapassam os limites eleitorais.

No segundo tópico, tratamos, com todo o critério jornalístico, da questão da CSN. No início do mês de março, a Associação Profissional dos Economistas do Sul do Estado do Rio de Janeiro (AESE) solicitou ao CORECON, IERJ e SINDECON que aderissem ao manifesto que denuncia possíveis irregularidades no processo de privatização da companhia. Tal manifesto solicita ao senhor Presidente da República que adie o leilão da empresa até que não pare mais nenhuma dúvida quanto à lisura e legalidade dos procedimentos adotados.

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro, reunidas em seu pleno, achavam por bem, antes de qualquer adesão, levantar informações que sustentassem de modo inquestionável seu posicionamento. A matéria que publicamos nas páginas 3 e 4 justifica a atitude de dar integral apoio aos economistas da AESE.



CORECON/ Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/ 19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054 - 900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Vice-Presidente:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselheiros Efetivos:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Sidney Pascoutto da Rocha, José Roberto Correia Socero. **Conselheiros Suplentes:** Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Alexandre Baptista Freire, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária Ângela Peixoto.

INFORME CORECON / Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT -14109). **Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge.

Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda.: Tel.: (021)262-7076. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Luiz Bello. **Fotografia:** Wânia Corredo. **Ilustração:** Zope. **Fotolito e Impressão:** Monitor Mercantil. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal.

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

*O que não está escrito
na grande imprensa:*

A farsa da privatização da CSN

*A idéia de privatização
ganhou um complicador
adicional com o discurso
neoliberal collarido. A controvérsia
que reveste o tema transformou-se
numa discussão confusa
ao substituir a racionalidade
técnica por velhos
chavões ideológicos.*



Representantes de entidades civis, sindicalistas e políticos defendem o adiamento do leilão

Não deve ser surpresa, portanto, a barafunda produzida quando o processo de privatização envolve empresas carregadas de simbologia. Este é justamente o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), marca da industrialização pesada brasileira e prova material de uma política de autonomia nacional.

Para essa situação já criada não existe justificativa. A persistência na manutenção da data do leilão para o início de abril, mesmo sob o argumento de que os trabalhadores controlarão a empresa, custará caro para todos os que estão envolvidos na questão. Os responsáveis pela privatização tinham obrigação dobrada, nesse caso, de realizá-la da forma mais transparente possível e infensa a ambiguidades. Mas não é isso o que está acontecendo.

Preço subestimado, reuniões secretas, distorções sobre o real volume de produção da companhia, entre outras irregularidades, fazem parte do "imbróglio" em que se transformou a privatização da CSN. As contradições vêm sendo denunciadas, sem resultado, por

trabalhadores da empresa, entidades como o Clube de Engenharia e CORECON e pelo próprio presidente da CSN, Sebastião Faria de Souza, que, em carta enviada à Comissão de Desestatização, no dia 11 de março, se disse "perplexo" com a forma como foi conduzido o processo de formação de preço da CSN.

Os argumentos que vêm sendo utilizados para a acelerada privatização da CSN podem ser contestados com os números que a companhia registra de dois anos para cá. Ao contrário das catástrofes anunciadas, a CSN não perdeu mercado para a Usiminas. No início deste ano, a CSN computou um aumento de sua participação tanto no mercado nacional como no mercado externo, suplantando a Usiminas. A estatal também já superou as previsões de capacidade e custos de produção que os consórcios formadores de preço previram para os próximos anos. Em documento enviado à Comissão de Desestatização, Sebastião da Cunha comprovava os números.

Os dois consórcios se basearam

numa produção anual de 4,1 milhões de toneladas de aço líquido, para o período de 1993 a 1995, como meta de capacidade de produção. Mas, já em 1992, a CSN alcançou 4,465 milhões de toneladas de aço produzidas, o que revela as projeções "demasiadamente conservadoras", nas palavras do presidente da CSN, para medir o potencial produtivo da companhia. Outro fato: os consórcios previram investimentos de US\$ 1,4 bilhão em obras e equipamentos, que apontam como necessários para melhoria de eficiência e qualidade, em redução de emissões ou descargas poluentes e também em aumento de produção.

Só que esse aumento de produção não foi considerado nas projeções dos consórcios, que previram a capacidade de produção, entre 1996 e 2007, de 4,4 milhões a 4,6 milhões de toneladas/ano - o mesmo que a capacidade atual, sem os investimentos indicados pelos consórcios. Para os técnicos da companhia, as inversões previstas como fundamentais pelos avaliadores elevariam a capacidade de produção da usina para 5,3 milhões toneladas/ano,

aumentando, dessa forma, o valor de venda da estatal.

O presidente da CSN também aponta outro fator não considerado na avaliação. Em 1992, o custo de produção alcançado pela companhia foi de US\$ 247 a tonelada de aço vendida. Para os consórcios, porém, esse valor foi desconsiderado: eles previram que os custos de produção, sem depreciação, para o período 1993 a 2007, irão variar entre o mínimo de US\$ 246/t e o máximo de US\$ 289/t. Por aí se verifica que, embora prevendo investimentos vultosos em melhoria e eficiência, os consórcios não levaram em conta essa melhoria na redução de custos de produção, tanto que adotaram valores superiores aos já alcançados pela CSN.

"Não cabe a menor dúvida de que o preço de venda da CSN foi subestimado", afirma Sebastião de Souza, na carta de 2 de março ao presidente da comissão, André Franco Montoro Filho. A resposta do sistema BNDES foi lacônica, informando apenas que as observações de Sebastião de Souza haviam

sido apresentadas durante reunião, no dia 4 março, aos membros da comissão diretora.

A indignação, agora contida, do presidente da CSN tem origem na discrepância entre os valores apresentados pelos

consórcios em dois diferentes relatórios recebidos e analisados pelos técnicos da companhia. A fixação do preço mínimo da totalidade das ações da CSN em US\$ 1.587,9 milhões foi decidida no dia 11 de setembro de 1992. Para o público externo, o BNDES mostrava que esse valor refletia um equilíbrio entre as propostas do consórcio A (Máxima Corretora, Metaldata Engenharia e Paulo Abid Engenharia), que recomendava o preço de US\$ 1,730 bilhão, e o consórcio B (Brasilpar, LL Projeto e Consultoria, Cobrapi e

Jaako Poyry Engenharia), com o valor de US\$ 1,463 bilhão. Alertado pelo que considerou uma campanha difamatória movida pela imprensa contra a estatal, o presidente da CSN solicitou, no dia 5 de Janeiro deste ano, em carta ao então presidente do BNDES, Antonio Barros de Castro, os relatórios dos consórcios que avaliaram a CSN. Castro remeteu os documentos no final de Janeiro para Sebastião de Souza.

A análise dos relatórios indicou que havia uma diferença de mais de 25% entre os preços originais previstos pelos consórcios (US\$ 1,380 bilhão era a primeira versão do consórcio B), o que facultava à comissão promover uma nova

avaliação da CSN. Com base nessa primeira informação oficial, o presidente da companhia enviou a primeira carta à Comissão Diretora do PND, no dia 2 de março. "Ao entregar a carta, fui surpreendido

pela informação de que não havia diferença de 25% entre as duas avaliações, uma vez que o valor dado pelo consórcio B não havia sido de US\$ 1,380 bilhão, conforme consta do relatório de 26 de Janeiro, e sim de US\$ 1,462 bilhão", relata.

Para confirmar a última informação, José Mauro Carneiro, diretor do BNDES, encaminhou para Sebastião de Souza a ata da reunião da Comissão Diretora, realizada em 11 de setembro de 1992 - que deveria reproduzir as mesmas informações do relatório recebido pelo presidente da CSN-, com a cópia

da resolução da Comissão, na mesma data.

"Se fiquei surpreso com a informação de alteração do preço mínimo de venda, fiquei perplexo quando constatei que a paginação do relatório então encaminhado não coincidia com aquele que eu havia recebido anteriormente. A página 71 do relatório anterior passou a ser a página 70 do novo relatório, com os mesmos dizeres, mas com números diferentes", denunciou Sebastião de Souza em sua última carta à comissão.

A surpresa foi ainda mais longe. "Para minha perplexidade, ao ler a ata da reunião de 11 de setembro de 1992, deparei com o seguinte parágrafo: após ampla discussão sobre

o detalhamento da operação (da CSN), a Comissão passou à reunião reservada para aprovação do preço mínimo da CSN", prossegue, na carta, o presidente da estatal. Ele confirma que a "a venda de uma empresa estatal, de um bem público, foi decidida e teve seu preço estabelecido numa reunião secreta, sem a fundamentação indispensável à sustentação do preço fixado e, portanto, sem a transparência que o presidente Itamar Franco tem e quer nas ações de seu governo".

Para Sebastião de Souza, em questionamento partilhado por todos aqueles que defendem a fundamental transparência nas ações do governo, todo o processo de privatização da CSN deveria ser

submetido a uma auditoria, pois uma avaliação subestimada estabelece um patamar, que vai balizar para o investidor as ofertas a serem feitas. Dificilmente, mantido o processo de venda na forma atual, será evitada uma privatização depreciativa para a CSN.

Nas cartas que enviou à Comissão Diretora - cujo único resultado foi uma sindicância interna no BNDES que resultou em nada -, o presidente da CSN não questiona outros levantamentos feitos pelos próprios técnicos da CSN. Alexandre Leal, ex-diretor financeiro da companhia e atualmente na assessoria da

área da CSN, diz que "houve um acerto de contas entre o BNDES e os consórcios para se chegar ao preço mínimo". Ele deixa uma pergunta no ar que está na cabeça

de todos os que querem evitar o aviltamento das estatais produtivas. "De quem o BNDES é agente? Do governo ou do comprador?".

Segundo ele, o processo de fixação de preço da estatal foi "viciado" e não pode prescindir de outra avaliação. Outro importante dado indicado por ele é a recente avaliação dos equipamentos principais da CSN. Somente um laminador de tiras a quente instalado na estatal está hoje avaliado em US\$ 1,2 bilhão. O laminador de tiras a frio vale US\$ 1,091 bilhão. Os dois equipamentos valem mais do que o preço mínimo. No total, os equipamentos principais da CSN valem US\$ 5,549 bilhões.

Em documento do corpo técnico

da companhia, a análise dos relatórios enviados pelo BNDES mostra que os consórcios não fizeram qualquer consideração referente à avaliação patrimonial da CSN. A própria Jaako Poyry, em estudo de abril de 1992, estabelece o valor de US\$ 11,2 bilhões para a instalação de novas unidades equivalentes àquelas existentes em Volta Redonda.

Tudo isso reforça a suposição de que o leilão deveria ser adiado e o assunto ser devidamente esclarecido. A CPI para investigar o esquema das privatizações no país é um exemplo das consequências de um processo

mal conduzido. O adiamento atenderia, na verdade, aos interesses até daqueles que honestamente estão a favor do programa de privatização no Brasil.

"A venda de uma empresa estatal, de um bem público, foi decidida e teve seu preço estabelecido em uma reunião secreta".

"Houve um acerto de contas entre o BNDES e os consórcios. De quem o BNDES é agente: do governo ou do comprador?"

Sistema de Projeções Qualificadas CORECON-INSIGHT

INFLAÇÃO

A insegurança na condução da política econômica em função das últimas mudanças no Ministério da Fazenda (substituição de Paulo Hadad por Elizeu Rezende) começa a influenciar a expectativa em relação à taxa de inflação do bimestre março/abril. Os índices continuarão altos com uma pequena tendência ascendente, muito diferente do que aconteceu mês passado (fevereiro) quando a inflação de 25,1% apurada pela Fipe apontava uma tendência de queda em relação aos 27,42% registrados no mês anterior pela mesma fundação. Para março os 15 economistas que participaram do Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon prevêem uma inflação de 27,6%. Em abril as altas de preços chegariam a 28,8%, o que significa uma evolução de 1,2% em relação ao mês anterior.

JUROS

O Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon captou, entretanto, uma pequena queda nas taxas de juros reais para os títulos públicos, descontada a TR do período neste segundo bimestre de 1993. Em fevereiro esse índice fechou em 1,9%, segundo informações oficiais divulgadas pelo Banco Central. Para março, 14 economistas do Corecon (houve uma abstenção) prevêem uma taxa de 1,3%. Em abril esses juros experimentarão uma pequena alta de 0,1%, fechando o período em 1,4%.

CÂMBIO

A economia continuará operando com o câmbio em níveis inferiores à evolução dos preços no mercado interno. Em março a desvalorização cambial, segundo os números apurados por 14 economistas do Corecon (houve uma abstenção) será de 26,8%, chegando ao final do mês de abril em 28%, inferior em 0,8% à taxa de inflação apurada pelo Sistema de Projeções Qualificadas para o período.

DÓLAR PARALELO

Não houve o "tão esperado" descontrole do dólar no mercado paralelo nesses primeiros meses do governo Itamar e nem mesmo a última mudança ministerial (saída do ministro Paulo Hadad e posse do novo titular Elizeu Rezende) conseguiu elevar substancialmente a cotação da moeda americana, possivelmente em função da atuação do BC no mercado. O black deverá chegar ao final de março cotado em Cr\$ 27.850,00, o que significa uma evolução de 27,7% em relação à cotação da moeda no último dia de fevereiro, que alcançou Cr\$ 21.800,00. Em abril, segundo apuração dos economistas do Corecon, o dólar experimentará uma evolução de 27,1% em relação ao mês anterior, fechando o período cotado em Cr\$ 35.400,00. O mercado paralelo continuará, portanto, evoluindo em índices próximos aos da taxa de inflação deste bimestre.

DÓLAR COMERCIAL

O dólar comercial deverá ter evolução muito próxima à da taxa de inflação neste bimestre de março/abril. A cotação oficial da moeda no último dia do mês de março deverá ficar em Cr\$ 25.470,00, acumulando uma variação de 28,3% em relação ao mês de fevereiro. Em abril é provável que o dólar chegue ao último dia do mês valendo Cr\$ 32.200,00, numa evolução de 26,4% em relação ao mês anterior.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

O nível de atividade econômica experimentará um pequeno crescimento neste segundo bimestre de 1993, conforme previsão de 10 economistas (foram registradas cinco abstenções). Para março a equipe de economistas sinaliza com um índice de crescimento de 0,5% na produção industrial, resultado que se repetirá em abril (a comparação é feita em relação ao mesmo período do ano passado). A produção industrial contabilizada pelo IBGE para o ano passado foi de -0,93%. Os resultados dos meses de janeiro e fevereiro de 93 ainda não foram divulgados pelo instituto.

SISTEMA DE PROJEÇÕES QUALIFICADAS (2º bimestre/93)

Indicadores Econômicos	Março	Abril
Inflação (IGP-FGV)	27,6%	28,8%
Taxa de Juros Real (*)	1,3%	1,4%
Taxa de Câmbio	26,8%	28%
Dólar Paralelo (1)	Cr\$ 27.850,00	Cr\$ 35.400,00
Dólar Comercial	Cr\$ 25.470,00	Cr\$ 32.200,00
Produção Industrial (**)	0,5%	0,5%
Superávit Comercial (US\$ bilhões)	1,2	1,2
(1993/1992)		
PIB (%)	2,0	
Taxa de desemprego (IBGE)	6,0	
FBK/PIB	16%	
Contas do governo/PIB (2)	1,8% (déficit)	
(1) Cotação do dólar no último dia do mês (2) resultado operacional (* Descontada a TR do período (**)) anualizada		

SUPERÁVIT COMERCIAL

O Brasil continuará registrando superávits comerciais em suas trocas externas neste segundo bimestre de 1993, segundo estimativas de 14 economistas (houve uma abstenção). Para março a previsão é que o superávit fique em US\$ 1,2 bilhão, chegando a US\$ 1,2 bilhão em abril. Os resultados oficiais divulgados pelo Departamento de Comércio Exterior (Decex) do Banco do Brasil, referentes ao mês de janeiro, acusaram um superávit de US\$ 1,1 bilhão, o que significou uma evolução de 21,26% em relação ao mesmo período do ano passado, que fechou janeiro com um saldo de US\$ 908 milhões.

PIB

Os números apurados por 14 economistas que participaram do Sistema Corecon-Insight (houve uma abstenção) apontam um crescimento do Produto Interno Bruto de 2,2%, o que significa uma razoável evolução em relação ao resultado do ano passado divulgado oficialmente pelo IBGE: - 0,93%

TAXA DE EMPREGO

Não está prevista qualquer modificação na taxa de desemprego aberto para este ano em relação ao ano passado. A estimativa de 13 economistas (duas abstenções registradas) indica que a economia brasileira continuará registrando altas taxas de desemprego aberto: 6%.

FBK/PIB

A Formação Bruta de Capital ficará em 16% em relação ao PIB, este ano, segundo os 12 economistas (três abstenções) ouvidos pelo Corecon. O resultado significa que a economia brasileira continuará com baixa capacidade de investimento em relação aos níveis conseguidos no ano passado. Na década de 70 a parcela do PIB destinada à formação bruta de capital foi de 23,3%

CONTAS DO GOVERNO

O Sistema de Projeções Qualificadas prevê um déficit operacional de 1,8% este ano, segundo estimativas de 11 economistas da equipe do Corecon. Foram registradas quatro abstenções.

Observações:

1)As projeções - realizadas entre 20/3 e 10/4 - refletem a média de opinião dos economistas ouvidos pelo Corecon. Fontes dos indicadores econômicos: Departamento de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Decex), Andima; a Fundação Getúlio Vargas, FIPE e IBGE.

3) Economistas consultados: Helena Landau (PUC-RJ); Eduardo Scaletsky (Dieese - RJ); Francisco Assis (Banco Marka); José Cláudio Ferreira da Silva (IPEA); Adhemar Mineiro (Dieese - RJ); Roberto da Cunha Castelo Branco (Banco Arbi); Cláudio Considera (IPEA); Flávio Castelo Branco (Confederação Nacional da Indústria); Rodrigo Quental (Cia. Vale do Rio Doce); José Eduardo Pereira (BNDES); Sérgio Werlang (Fundação Getúlio Vargas); Antônio Carlos Porto Gonçalves e Aires Manuel Teixeira Pinheiro (Pinto de Almeida DTVM); Gil Pace (GPC Consultores), Cláudio Contador (Coppe/UFRJ) e Célio Lora (Price Waterhouse).

Parlamentarismo vem

"O sistema de governo é secundário. O mais importante é como o poder é distribuído dentro do sistema político, na economia e na sociedade".

Peter Loeshe

"Por que abrir mão de um sistema que possibilita votar no governo e na representação por um sistema que nos permite votar apenas na representação?"

Renato Lessa

A necessidade de se buscar a estabilidade institucional foi suplantada pelo o desejo de economistas, cientistas políticos e historiadores no Clube de Engenharia. O consenso eleitoral prevista na reforma constitucional pós-plebiscito, seria passar um

O debate promovido pelo IERJ, CORECON, SINDICON, IBASE, Clube de Engenharia e pela Associação dos Funcionários do BNDES, no dia 4 de março, contou com a participação do professor Peter Loeshe, da Universidade de Goettingen, do cientista político Renato Lessa, do IUPERJ, e do historiador Pedro Celso Uchôa Cavalcante, da Universidade de Saint Louis. Cândido Grzybowski, do IBASE, serviu como moderador, e a nova presidente do IERJ, professora Maria da Conceição Tavares, da platéia, avivou o tom emocional da discussão.

O professor Peter Loeshe expôs dois modelos distintos - o parlamentarismo alemão e o presidencialismo americano - para mostrar que a eficiência de um sistema de governo não está meramente em um projeto institucional, mas em sua adequação a sociedades concretas. Tanto o parlamentarismo, como o presidencialismo podem dar certo quando estão em harmonia com a estrutura da sociedade na qual são implantados e com os sistemas partidário e eleitoral vigentes, analisou.

"Os dois sistemas não são nada mais do que dois tipos de democracia liberal, cuja eficiência tem como base a existência de uma classe média forte ou de uma sociedade civil organizada. O sistema de governo é, na verdade, secundário. O mais importante é como o poder é distribuído dentro do sistema político, na economia e na sociedade", afirmou. Segundo Loeshe, a democracia é garantida pela organização da sociedade civil, pela descentralização do poder e pela criação de mecanismos de controle do governo por parte das organizações sociais.

No sistema de governo alemão existe uma concentração de poder, enquanto no americano o poder é fragmentado, refletindo características da sociedade. Enquanto a sociedade alemã é bastante homogênea, com uma grande e forte classe média, a sociedade americana é segmentada, dividida racialmente, repleta de localismos e regionalismos.

"Os deputados representam em primeiro lugar o seu distrito, quando

no sistema alemão, eles representam primeiramente seu partido", explicou.

No sistema eleitoral alemão, acrescentou, os partidos devem obter no mínimo 5% do total de votos para ocupar o parlamento. Metade dos representantes é eleita diretamente nos distritos e a outra, retirada de listas apresentadas pelos partidos, ou seja, o voto é na legenda e proporcional. "Estes partidos são a principal ligação entre a sociedade e o governo. São partidos fortes, e esta é uma premissa para que o sistema parlamentarista seja eficiente". Nos Estados Unidos, o sistema partidário é, segundo Loeshe, muito fraco. A relação do eleitor com seu representante é personalizada; o homem é mais importante que o partido.

Loeshe mostra como a democracia vem se ampliando na Alemanha: "Proliferam grupos de ação de cidadãos, organizações de bairro e movimentos sociais. Há diversas propostas destas organizações de se introduzirem formas de democracia direta a nível local e regional". Também ocorre o que ele chama de "democracia industrial": a organização dos trabalhadores e dos consumidores e sua interferência na produção. A democracia política só existe, em sua opinião, quando existe também democracia social e econômica.

O professor Renato Lessa defendeu com ênfase o presidencialismo, mas criticou duramente todas as campanhas realizadas pela televisão, pois "estão distorcendo a discussão da questão institucional - que é do que se trata o plebiscito -", ao transformar o sistema de governo em uma panacéia para a solução de todos os males do país.

Para Lessa, mais importante que o plebiscito é o que virá após a decisão sobre o sistema de governo com a revisão constitucional, na qual serão reformados os sistemas partidário e eleitoral. O que está em jogo agora é, a seu ver, qual o peso que o voto popular terá na configuração do sistema político.

Lessa concordou com Loeshe sobre a idéia de que a democracia não está

garantida pela mera escolha entre parlamentarismo ou presidencialismo.

"Ambos podem conviver com justiça social, com injustiça, ambos podem ter tirania", afirmou, citando o caso de Margareth Thatcher, que controlou a Inglaterra por uma década, sem ter o apoio da maioria, "pois o sistema inglês transforma minorias eleitorais em maiorias parlamentares".

No caso do parlamentarismo inglês, Lessa avalia o resultado das eleições de 90. Segundo ele, 47,9% dos eleitores não têm representação no parlamento e apenas 17% dos representantes mantêm vinculações regulares com seu eleitorado. "O sistema parlamentarista busca produção de maiorias em detrimento da verdade da representação. Os liberais ingleses que o digam; têm 18% do eleitorado e 3% do parlamento. O partido conservador tem 45% do eleitorado e 54% do parlamento. É um sistema que penaliza as minorias. Este é também o caso da Nova Zelândia, da Austrália, do Canadá".

Outra alternativa parlamentarista, segundo Lessa, são os casos da Itália e de Israel, que combinam parlamentarismo com proporcionalidade. O sistema eleitoral tenta fazer com que todas as frações da sociedade apareçam no parlamento, com que este reflita a fragmentação do eleitorado. "Nesses países, o problema é que dificilmente algum partido obtém 50% mais um. Então, para ter governo tem que ter coalizão. Mas a lógica desta coalizão escapa completamente à autorização dada pelo eleitor". O que há de mais perverso, segundo Lessa, é a importância que podem ganhar pequenos partidos, cujo apoio é necessário para a formação de uma maioria. Um partido com 1,5% de representação pode estabelecer como preço de seu apoio 10% do governo.

"Não existe relação direta entre nosso grau de encantamento com os quadros institucionais alheios e a possibilidade de transplantá-los para o quadro brasileiro. A excelência do parlamentarismo sueco, por exemplo,

...sus Presidencialismo

de participação popular, e o presidencialismo foi coroado no debate que reuniu
so foi que votar no parlamentarismo, sem saber como será realizada a reforma
neque em branco” a um Congresso constituído de forma desproporcional.

prova apenas a excelência do parlamen-
tarismo sueco. É preciso ter prudência
na importação de modelos para outros
contextos”, destacou.

O professor do IUPERJ avalia, olhan-
do para os diversos tipos de parlamen-
tarismo, que é preciso examinar a
história institucional brasileira em seu
período democrático - basicamente
entre 1946 e 1964. Lessa diz não
aceitar argumentos sobre o período da
ditadura militar como mostra do
fracasso do presidencialismo brasileiro
e analisa a instabilidade conferida ao
presidencialismo como sendo derivada
não deste sistema de governo, mas do
comportamento dos atores políticos,
“do golpismo, da baixa lealdade à
democracia, da conspiração. Se vive-
mos em uma comunidade de predadores
e facínoras, não há legislação, não há
quadro institucional que possa dar
viabilidade a qualquer país”.

Lessa analisa as diversas concepções
em jogo. A que ele chama de
minimalista é a que coloca o peso do
voto no sistema brasileiro como
excessivo, que não é monopólio dos
conservadores, mas tem diversos
adeptos traumatizados com os resulta-
dos eleitorais recentes. A questão para
os adeptos desta concepção é como
conferir a uma cidadania amorfa e
desorganizada o poder de escolher o
presidente. A crise de governabilidade
das democracias é associada a um
excesso de participação.

A segunda concepção, da qual se diz
adepto, é a que ele chama de maxima-
lista. “São os que defendem a maxi-
mização do peso do voto no sistema
brasileiro como fator de desoligarqui-
zação da vida política. Não se trata de
inércia. Se trata de pensar reformas no
sistema presidencialista”, afirmou.

Voltando aos séculos XV, XVI,
XVII, Lessa conta que “o parlamen-
tarismo surgiu no contexto das monar-
quias absolutas, nas quais os parlamen-
tos tinham poderes diminutos, eram
sazonais, não definiam sua própria
agenda, frequentemente estavam
limitados a questões orçamentárias -
depois que o orçamento já estava feito

e gasto- e, além de ter atribuições
limitadas, representavam uma porção
mínima da sociedade. É o que alguns
autores chamam de “democracia de
notáveis”. O parlamentarismo moder-
no surge no século XIX com as
revoluções que levaram a um alargamento da participação eleitoral e das atribuições do parlamento”.

Lessa defende um presidencialismo
com reformas no sistema eleitoral e no
sistema partidário. “Por que abrir
mão de um sistema que possibilita
votar no governo e na representação,
por um sistema que nos permite votar
apenas na representação? Não há
dúvida de que o parlamentarismo é
uma alternativa à monarquia absoluta.
Minha dúvida é se ele é uma alternativa
mais democrática ao presidencialismo
com proporcionalidade, que me
confere o poder de votar no presidente
e na representação”.

O professor Pedro Celso, que atuou
como comentarista no debate, foi o
mais enfático quanto à necessidade de
reformas profundas nos sistemas
partidário e eleitoral e defendeu
também o regime presidencialista.
Pedro Celso se diz parlamentarista,
mas avalia que, nas condições históricas
brasileiras, com a atual lei eleitoral, o
presidencialismo é mais democrático.

Pedro Celso chama a atenção para a
exposição do professor Loeshe sobre
o sistema alemão, que se caracteriza
pela concentração de poder, contra-
pondo este fato à argumentação dos
parlamentaristas, que defendem este
sistema por ele, supostamente, facilitar
a difusão do poder. Ao mesmo tempo,
o presidencialismo americano, visto
no Brasil como concentrador do poder,
é analisado pelo professor alemão como
de grande fragmentação do poder.
“Cada modelo é um modelo único, de
seu país e de sua história”, afirmou.

Na sua opinião, os defensores do
parlamentarismo no Brasil têm como
premissa o fato de que a participação
popular incomoda a democracia, cria
instabilidade. “O que leva à instabi-
lidade das instituições é a pouca cultura
democrática. Está se dando um valor

excessivo à estabilidade. A estabilidade
não é um valor para mim. O regime de
Salazar, por exemplo, era estável”,
ênfaticamente.

Não é possível, a seu ver, deixar
para depois a questão do sistema
eleitoral. Para Pedro Celso, o que é
mais importante se discutir é a atual
desproporcionalidade da represen-
tação. “O Congresso Brasileiro já
tem, por razões federativas, três
senadores de cada estado, inclusive o
ex-presidente Sarney pelo Amapá. O
que daria para se entender no caso de
uma real federação. Mas a Câmara dos
Deputados também é altamente
desproporcional. Não é à toa que se
criaram vários estados recentemente,
porque cada estado começa com o
mínimo de oito deputados. Quando se
elege um deputado no Rio, um voto
vale 20 vezes menos que um voto em
Tocantins. Isto é uma deformação da
democracia. Não posso então acres-
centar esta deformação que aparece no
poder Legislativo também ao poder
Executivo”, argumentou.

Pedro Celso avalia que esperar que
depois, na reforma constitucional, isto
vá mudar, é “passar um cheque em
branco” para este Congresso. Nos
Estados Unidos, segundo o historiador,
existem 30 estados, dos 50; portanto,
60%, que têm menos de oito deputados.
Sete estados têm apenas um deputado
e dois senadores. Vinte e dois estados
- 44% do total - têm apenas um oitavo
da representação. “Por que isto? Por-
que o número de pessoas que mora
naqueles estados só preenche este
coeficiente eleitoral. Cada voto
representa um voto e não pode ser
contado como mais que um voto”,
afirmou.

A deformação eleitoral tem outras
consequências, segundo Pedro Celso.
Nos estados com direito a no mínimo
oito deputados, um partido com 12,5%
dos votos não vai eleger ninguém. Os
pequenos partidos são assim alijados
de todos os pequenos estados, a não
ser que façam coligações. Mas por que
razão isto é assim? Esta é a pergunta
que Pedro Celso acha importante.

*“O que leva à
instabilidade das
instituições é a
pouca cultura
democrática. Está
se dando um valor
excessivo à
estabilidade. O re-
gime de Salazar, por
exemplo, era
estável”.*

Pedro Celso

*“Unidos pelo voto
distrital estão todos
os bandidos,
coronéis e safados.
O perigo é condenar
este país a 40 ou 60
anos de um
Congresso crápula,
porque este aí não é
mais só
conservador.”*

**Maria da
Conceição Tavares**

À primeira vista, poderia parecer que estes pequenos estados têm grande poder, pois conseguem ter uma participação desmesurada à sua população. "O que devemos nos perguntar é que interesses existem em São Paulo, que interesses existem em Minas, para que isto seja assim. Isto tem a ver com a continuidade da estrutura sócio-econômica brasileira. O presidente da comissão de orçamento, por exemplo, sempre vem destas áreas", afirmou.

Para o historiador, as leis mais importantes de uma sociedade ou de um país são as leis que escolhem quem faz as leis: "O que é fundamental discutir é como elaborar um sistema eleitoral, o que abrange, obviamente, a propaganda eleitoral. Em 1647, na Inglaterra, os "levers", os igualitários, já defendiam que o peso de cada voto teria de ser compatível com a população de cada distrito. A democracia é uma planta muito frágil, nova na história da humanidade, e nós temos que preservá-la. Aumentar a cultura democrática no Brasil é fazer com que todos nós compreendamos a importância da universalidade do voto, de verdade, e não a deformação que nosso sistema eleitoral nos impingem".

O moderador do debate, Cândido Grzybowski, defendeu o voto no parlamentarismo, mas concordou com os participantes da mesa de que a questão mais importante não é a da definição do sistema de governo, pois não é este, em si, que tem virtudes mais ou menos democráticas. Ele avalia que é necessária uma mudança "para desbloquear o que até hoje tornou inviáveis os conflitos da sociedade brasileira". Grzybowski avalia que no Brasil a situação é distinta da que ocorre na Alemanha, onde as organizações da sociedade realizam o trabalho de revitalização da democracia. Aqui é preciso ainda criar a própria democracia.

"Deve-se modificar toda uma cultura política autoritária, que se forjou em torno do executivo forte, militar ou não militar. Não se pode esquecer isto, pois em nossa história foi o sistema presidencialista que permitiu o aparecimento destas situações", afirmou, sendo interrompido pela professora Maria da Conceição Tavares que, da platéia, gritou: "Só rindo! Você está maluco. Deveríamos então ser monarquistas". Grzybowski retoma a palavra para concluir que, em sua análise, a crise institucional é um elemento importante na crise geral por que passa o país.

Iniciado o debate, Conceição Tavares disse que os intelectuais, em sua maioria, das mais diversas correntes políticas, são presidencialistas, pelas razões apontadas por Pedro Celso e Renato Lessa, mas também por uma razão adicional: "A idéia de fazer um plebiscito foi a de um referendo. Era imaginável que a Constituinte tivesse aprovado o parlamentarismo. O plebiscito viria para que a população aprovasse ou não a mudança. Mas depois a razão pela qual foi aprovada a antecipação do plebiscito era a de dar um golpe parlamentarista no presidente Collor".

O voto majoritário, segundo a professora, "fomenta a participação progressista", e como prova disto, ela cita o caso da quase eleição de um proletário para a presidência, com Lula, e a quase eleição de Benedita da Silva, uma mulher negra, como prefeita do Rio. "Ocorreu um fenômeno fantástico, que estava subterrâneo na ditadura, e que não era perceptível, que foi uma brutal organização de massas, tanto a nível camponês, como proletário, universitário, todos os níveis. Nós perdemos por um triz", afirmou.

Conceição também destacou que os parlamentaristas pedem para que

se vote em um sistema mal definido, pois mesmo entre os adeptos desta forma de governo não existe acordo sobre que tipo de parlamentarismo seria implantado. "O voto seria proporcional, seria distrital? Unidos, pelo voto distrital, estão todos os bandidos, todos os coronéis, todos os safados. Eu vejo os meus amigos no Congresso me dizerem com a maior cara de pau que não sabem realmente como vai sair a coisa", argumentou.

O que preocupa os deputados, segundo a professora, é a possibilidade de que na próxima eleição se enfrentem Lula e Maluf, vendo nisto um fator de perigo, de instabilidade. "O perigo é condenar este país a 40 ou 60 anos de um Congresso crápula, porque este aí não é mais só conservador. Não, não não!", disse Conceição, sendo aplaudida com entusiasmo pela platéia.

Pedro Celso concordou com Conceição e lembrou que o único momento que as elites brasileiras temem neste país é o momento do voto presidencial: "O único momento em que as estruturas socio-econômicas e suas elites se abalam é o medo do que a gente chama de líder carismático, como se isto fosse atributo do Terceiro Mundo, o que é uma besteira. O carisma é um fenômeno mundial, um fenômeno da vida política. Nós vamos conviver com ele, com parlamentarismo ou presidencialismo. Se votar hoje no presidencialismo é ser conservador, eu não me incomodo de ser conservador, não. Tem várias coisas que eu faço na minha vida com repetição que eu gosto. Minha vida com minha mulher, por exemplo. É conservador? Eu gosto. E faz 20 anos".

Renato Lessa avalia que a proposta de uma parcela dos parlamentaristas de voto distrital misto como forma de terapia contra a desproporcionalidade

da representação resultaria no seguinte fato: os deputados seriam eleitos nos distritos, como na Inglaterra, mas as distorções seriam corrigidas através de um sistema de listas fechadas. O eleitor vota no partido, e é este que indica, a partir de uma lista pré-definida, quem serão os eleitos.

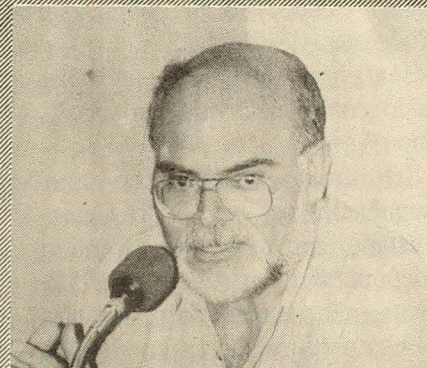
"Esta é a proposta do professor Bolívar Lamounier, do deputado José Serra, e de todas as pessoas que têm se destacado, na associação errada entre parlamentarismo e defesa de sistemas majoritários. Na maioria dos países parlamentaristas, o voto é proporcional. A combinação entre voto majoritário de distrito e voto de lista partidária é o pior dos mundos possíveis", argumentou

Este tipo de voto é, a seu ver, o pior voto majoritário e o pior voto proporcional. "No majoritário, permite que minorias eleitorais se transformem em maiorias parlamentares, e, do ponto de vista do proporcional, é um mecanismo oligarquizador, pois o eleitorado não tem a prerrogativa de ordenar suas preferências eleitorais. Se dá ao partido o poder de ordenar quais são os seus notáveis", afirmou. Lessa contou que, em debate na Assembléia em Minas, o deputado Israel Pinheiro Filho chegou a assumir que quer oligarquizar mesmo, e que não quer que outro candidato venha fazer política em seu distrito. "Pelo menos assim, as coisas ficam claras", afirmou.

Ao final da discussão, todos concordaram que o mais importante agora é fomentar o debate, aproveitando a mobilização incentivada pela propaganda televisiva para discutir as reformas a serem realizadas na revisão constitucional. O plebiscito pode e deve ser usado como uma motivação para o debate sobre a reforma eleitoral e a reforma partidária, consideradas fundamentais para desbloquear o avanço da democratização no país.



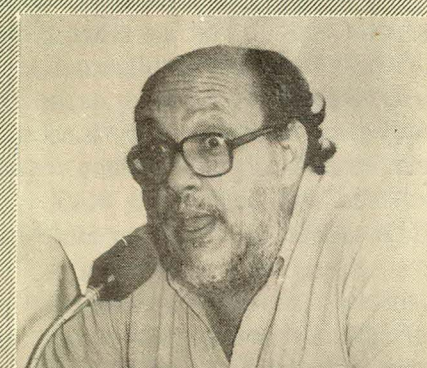
Maria da Conceição



Peter Loeshe



Renato Lessa



Pedro Celso

Um príncipe a serviço da Nação e não a Nação a serviço de um príncipe

Cunha Bueno *

O Movimento Parlamentarista Monárquico - MPM - tem um compromisso histórico com a soberania popular. Dela não abre mão por entender que, antes de um nome, está em jogo uma causa: a defesa intransigente do interesse público. Foi por não fazer essa defesa que a república deu no que deu, criando a falsa impressão de que o país está condenado a não dar certo. Na verdade, foi a ausência de cobrança de responsabilidade e punição dos desmandos perpetrados por seus dirigentes que a reduziu à condição de massa falida que é hoje.

O Movimento Parlamentarista Monárquico - MPM - sabe, como bem sabe o povo brasileiro, que o poder corrompe. Mas há o poder bom, que é o poder fiscalizado, que é exercido com a prestação de contas de seus atos. Por acreditar nisto, o MPM solidariza-se com os príncipes da Casa de Bragança que fazem profissão de fé democrática, e desejam servir à nação, e não abre mão do direito histórico de o povo brasileiro selecionar o melhor deles para ocupar o trono.

Não há nisto novidade. O Marquês de Itanhaém, tutor de Dom Pedro II, já em 1838, nas Instruções a serem observadas pelos preceptores do futuro imperador, esclarecia que "os Direitos do Imperador são subordinados aos interesses e Direitos da Nação, pois o governo não é um patrimônio da família mas somente uma delegação nacional". Suas recomendações, porém, tinham como objetivo maior educar o príncipe na defesa dos valores democráticos permanentes, entre eles, a crença arraigada na liberdade de pensamento, de expressão, de imprensa e de iniciativa individual, a defesa intransigente do interesse público, a alternância dos partidos no poder, o primado do poder civil, a cobrança de responsabilidade aos administradores da coisa pública e a punição de seus desmandos.

O jurista Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, ao comentar a Constituição de 1824, afirmava:

"O sistema de sucessão é calculado como deve ser, sobre o interesse e

bem-ser do Estado, pois que é evidente que não se trata de transmissão de direitos patrimoniais, sim de direitos nacionais, que devem ser resguardados de modo que sejam inacessíveis a toda e qualquer ambição, e exercidos segundo as condições que oferecem maiores vantagens".

Considerando, portanto, que a ascensão ou mesmo a sucessão no trono se faz por direitos nacionais e não por supostos direitos patrimoniais do príncipe, este não pode ascender, suceder ou deles dispor a seu bel-prazer, mas tem que deles dar conta à Nação. Só depois de a Nação haver deliberado através de seus representantes legítimos, pode um príncipe ascender ou suceder ao trono que pertence à Nação.

Não bastava, portanto, ao príncipe, possuir legitimidade dinástica. Antes dela vinha a legitimidade política. E de duas maneiras. Pela Lei do Reconhecimento, de 26 de agosto de 1826, que dizia claramente que o herdeiro do trono, para vir a ser Imperador, tinha que ser antes formalmente reconhecido pelo Parlamento como depositário da soberania nacional. E pela educação que recebeu, que definia o perfil que o futuro Imperador deveria ter para que fosse, de fato, o fiel depositário dessa soberania.

A realização do plebiscito de 1993 é a consagração da soberania popular. A Monarquia só será instaurada se o povo brasileiro na sua maioria assim decidir nessa consulta plebiscitária.

É claro que o príncipe ou princesa a ser escolhido(a) deveria ser aquele(a) que revelasse, por suas qualidades pessoais e humanas, estar mais próximo(a) do modelo de monarca que queremos ter como rei ou rainha. Neste caso, não há como abrir mão de requisitos mínimos, já consagrados no Projeto da Monarquia Parlamentar como ser nascido em território nacional, ressalvadas as situações de exílio ou banimento e ainda outras qualificações que certamente a sociedade brasileira exigirá, tais como: ser casado(a) com descendência, ter idade intermediária, viver de seu

próprio trabalho, não ser vinculado a organizações ou movimentos extremistas, revelar boa capacidade de relacionamento social e político, estar consciente dos grandes problemas nacionais e assumir compromisso público com a defesa dos valores democráticos permanentes, vale dizer, com a preservação do Estado Democrático de Direito.

A defesa da Monarquia só faz sentido dentro dessa linha radicalmente democrática.

Ao se propor a Casa de Bragança como dinastia reinante, não se está, portanto, abrindo mão do princípio democrático. Nós, como povo, é que estaríamos tomando essa decisão. Quanto à questão de por que a família Bragança e não outra qualquer, a resposta é simples. Ela é a única capaz de ser traço de união entre todos os brasileiros, de restaurar nossa tênue memória nacional ao reconhecer em sua própria história familiar a história da Nação Brasileira e ainda de nos devolver nosso projeto nacional - a visão de longo prazo perdida - por ter que pensar na próxima geração, aquela que vai ocupar o trono, e não na próxima eleição.

A volta da Monarquia é um exercício de democracia ainda mais amplo do que muitos imaginam. O retorno do poder moderador, nos termos em que um Juan Carlos o exerce na Espanha de hoje sepulta definitivamente a tutela militar, fonte de nossos infortúnios político-institucionais. Uma nação que apela para o arbítrio na hora de resolver suas crises maiores jamais vai consolidar instituições genuinamente democráticas. Na prática, isso significa aceitar o fato de que a Nação não dispõe de regras constitucionais para administrar crises. É quase inacreditável que nenhuma das constituições republicanas tenha dispositivos satisfatórios e ágeis de administração de crises. Em especial, quando nos lembramos que havia em nossa constituição imperial esses dispositivos.

O Brasil paga, neste momento dramático da vida nacional, um alto



preço pela incompetência política e institucional da República. Somos forçados a aceitar o engodo de que é preciso provar em cartório a culpa do governo, quando na imensa maioria das grandes democracias modernas, isto se trata de uma questão de confiança. Um governo que perdeu a confiança do povo tem que ser destituído. Essa providência óbvia eximiria a sociedade brasileira de arcar com os imensos custos - sociais, políticos, econômicos e mesmo culturais - de ter que mantê-lo.

O Movimento Parlamentarista Monárquico - MPM - alerta os monarquistas sobre o perigo de divisões internas e convoca seus membros a unirem-se cada vez mais em torno dos princípios da soberania popular e democrática, pois desejamos uma forma e um sistema de governo que façam a sociedade controlar a política, e não como hoje, em que somos controlados pela política.

Queremos um príncipe que sirva à Nação e não a Nação a serviço de um príncipe.

* Deputado federal.
Material fornecido pela Frente Parlamentarista Monarquista.

Porque Parlamentarismo

Paulo Tafner *

A grande questão colocada à força - dada a antecipação do Plebiscito - para a população brasileira é decidir, é escolher. Ao cidadão cabe optar entre monarquia e república e entre parlamentarismo e presidencialismo.

Em realidade nós, os milhões de cidadãos e sub-cidadãos deste país, pouco temos decidido sobre miséria, emprego, fome, inflação, distribuição de renda e tantos outros temas que afligem nosso cotidiano aterrador. Mas enfim, fomos chamados às urnas e devemos, diante das questões colocadas, tomar posição, refletir. Devemos, de alguma forma, decidir!

A questão da forma de governo é, *decididamente, anacrônica e pouco relevante para o país.* Já temos vários reis e rainhas, coroados pela benção popular. Foi pelo sucesso individual em suas áreas de atuação que mereceram o título dado pelo povo. Deixemos, portanto, que novos reis e rainhas sejam escolhidos, como e quando o consenso popular se formar acerca de artistas, atletas e poetas.

O mesmo não se pode dizer sobre sistema de governo. Optar por um particular sistema de governo significa decidir sobre maiores ou menores probabilidades de acertos e erros na condução política do país.

Os argumentos de tradição, história e vocação presidencialista do país - e alguns falam mesmo em tradição presidencialista continental - transcendem qualquer reflexão sobre o tema e impelem o cidadão para uma decisão baseada mais na tendência a repetir comportamentos passados, do que na verdadeira reflexão racional e honesta sobre nossa história e nosso futuro.

Na discussão sobre sistema de governo não importa arrolar

fracassos e sucessos da história presidencialista de nosso país. Houve, é verdade, e sempre haverá bons e maus presidentes, ativos e subjugados presidentes, estadistas e medíocres. Houve até, e recentemente, "impeachment" de presidente - fato esse que produziu uma ingênua linha de raciocínio, segundo a qual "se o presidente é ruim a gente tira". Não se troca presidente, como se muda de roupa!

Sabemos, na verdade, que o presidente Collor não saiu porque era ruim, mas porque excessivamente corrupto, excessivamente prepotente, mexeu excessivamente com interesses excessivamente consolidados e igualmente corruptos, ou pelo menos, moralmente condenáveis.

Escolher, portanto, o sistema de governo não é julgar a história presidencialista de nosso país, mas sim optar por uma forma de governar que iniba ou reduza as possibilidades de erros e que diante deles, a sua superação seja mais rápida e menos traumática. Nessa medida, o parlamentarismo apresenta maiores e melhores chances.

Em primeiro lugar porque permite um ajustamento mais rápido entre os desejos sociais e sua representação parlamentar. Nesse sentido, a quantidade enorme de eleições gerais em países parlamentaristas atesta essa assertiva sem maiores objeções. Em segundo, porque possibilita alterações no comando do governo, sem que para isso seja necessário um longo, tortuoso e torturante processo de *impeachment*. Finalmente, e talvez o mais importante, é o fato de que qualquer pacto de governabilidade exige e obriga que forças políticas expressas no parlamento sejam atualizadas com o interesse e a vontade popular a cada rodada de negociação.

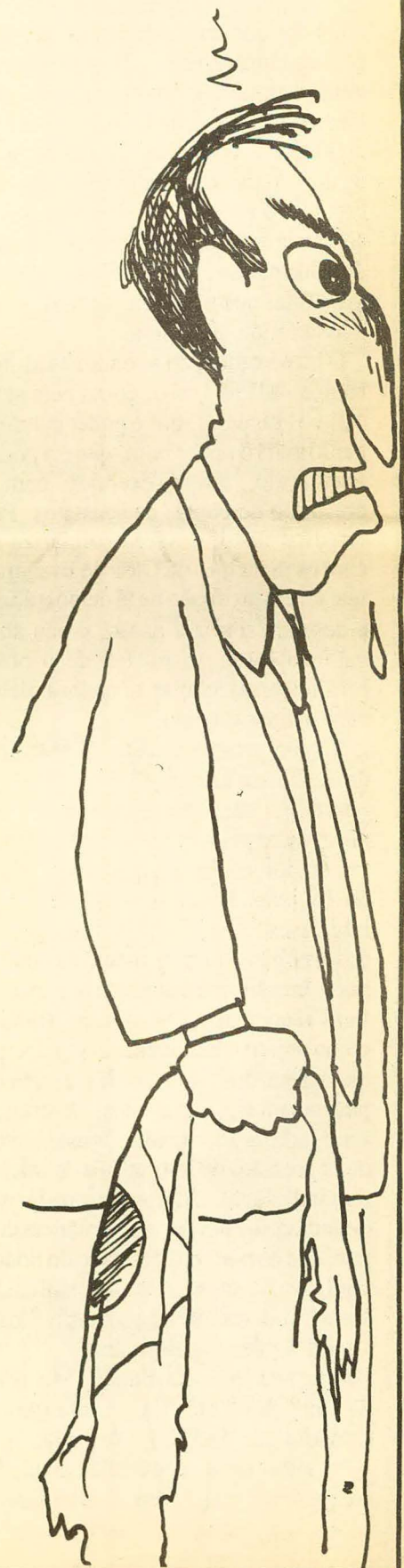
Nesse aspecto, muito diferentemente do presidencialismo, sistema no qual o voto para o executivo é regido por uma racionalidade completamente diferente do voto para o legislativo, o sistema parlamentarista obriga que a relação eleitor/parlamentar se faça sob a égide da possível ou potencial ação executiva do parlamentar.

É inquestionável que o sistema parlamentarista exigirá alterações profundas na estruturação partidária, na legislação eleitoral, na proporcionalidade da representação. São, como se sabe, questões delicadas e até, eventualmente, com certa carga explosiva. Mas afinal, tais questões, de alguma forma e em algum momento, terão de ser ampla e abertamente discutidas.

Sendo vencedor o parlamentarismo, essas questões serão inexoravelmente debatidas - e afinal é isso que a população espera de seus representantes e governantes - ainda que para tanto, nossos parlamentares se vejam obrigados a polarizar posturas, a defender ferrenhamente posições, a eventualmente perder privilégios.

Lutar pelo parlamentarismo é, nessa medida, lutar por uma agenda moderna de discussão, pois envolve temas como a desconcentração de poder, a co-responsabilidade do cidadão, a estrutura de representação, a possibilidade de convivência federativa. Não se trata, portanto, de questionar a história do presidencialismo, mas sua essência, como forma possível de recuperar o já tão esgarçado tecido social do país.

* Pesquisador do Instituto Databrasil



A ascensão de Itamar Franco consagra o presidencialismo

Fabiano Guilherme dos Santos *

A queda do ex-presidente Fernando Collor deve ser lida de maneira simples e sem rodeios. Não foi uma crise de estado, mas sim uma crise de governo, e deste último tipo de crise nenhum sistema político é imune. Por outro lado, o padrão de conduta do novo presidente - mas não necessariamente de suas políticas substantivas - oferece a oportunidade de se observar o presidencialismo funcionando sem a presença de aberrações políticas (como a que acabamos de experimentar). Por isso mesmo, torna-se ótima oportunidade para uma defesa do sistema presidencialista de governo.

A defesa do presidencialismo pode ser feita de duas formas, a saber: de um ponto de vista doutrinário ou do de sua realização histórica. De acordo com a doutrina, o presidencialismo manifesta um perfeito equilíbrio de poderes; o poder legislativo formula as leis, o executivo as executa e o judiciário as interpreta à luz dos preceitos constitucionais. Embora pareça uma obviedade, esta consideração conceitual assume importância quando se lembra que o sistema parlamentarista de governo admite a separação entre chefia de estado e chefia de governo, porém tenta aproximar ao máximo os poderes executivo e legislativo.

Por conta disto, é errôneo imaginar que o sistema presidencialista confira um poder exagerado ao chefe do executivo, simplesmente porque cabe aos outros dois poderes uma permanente e sistemática fiscalização de seus atos - como acaba de acontecer no Brasil do

período Collor. Por outro lado, pode-se imaginar um primeiro-ministro com poderes jamais imaginados pelos nossos candidatos à presidência. Basta que este primeiro-ministro não seja indicação de uma coalizão parlamentar forjada pelo voto distrital majoritário - exatamente como aconteceu na Inglaterra de Margareth Thatcher. Portanto, é preciso muito cuidado quando se opta pelo sistema parlamentarista imaginando uma escolha por um sistema mais democrático e menos "imperial", pois a identidade entre os poderes executivo e legislativo pode conferir, principalmente com a adoção do voto distrital majoritário, uma autoridade "imperial" e inquestionável ao primeiro-ministro. Que o digam os ingleses.

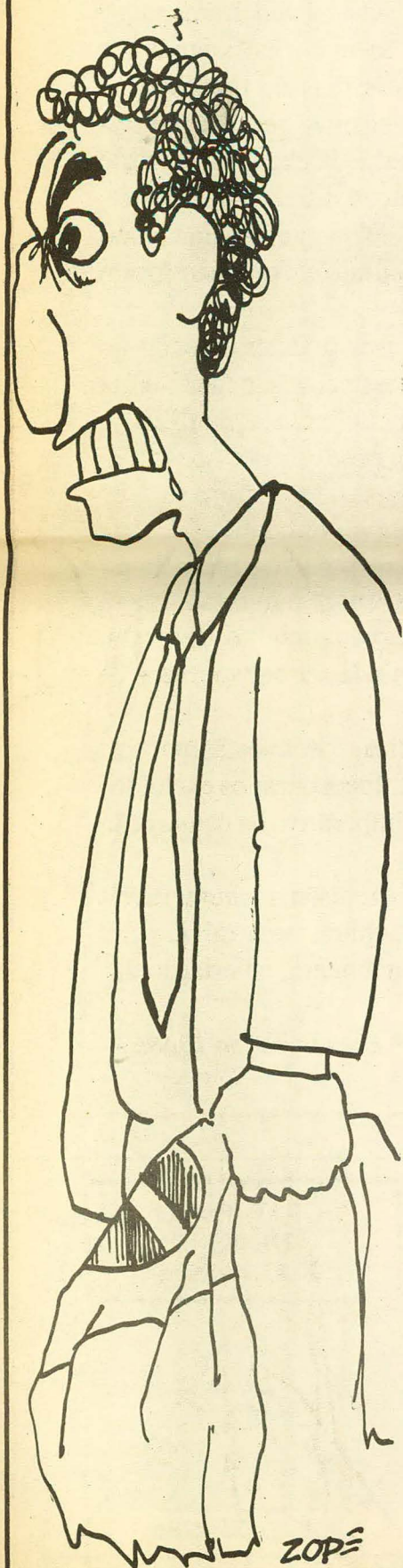
Do ponto de vista da realização histórica, deve-se ter em mente que nunca o presidencialismo funcionou tão bem em nossa história, e isto por um motivo muito simples: não existem hoje no Brasil forças e agremiações políticas que questionem o sistema democrático de governo e suas regras. Nenhum sistema de governo resiste a um questionamento permanente de parcelas importantes da elite política e econômica. Assim sendo, é só lembrar da atuação da UDN e do processo de radicalização da esquerda brasileira para constatar que o golpe de 1964 nada teve a ver com o sistema presidencialista de governo. O golpe ocorreria em qualquer sistema de governo.

Sobre este último ponto, cabe ressaltar que não existe vínculo

necessário entre sistema parlamentarista de governo e estabilidade, muito menos entre sistema parlamentarista e baixas taxas de corrupção. Basta lembrar a da queda da república parlamentarista de Weimar e da ascensão do nazismo - que volta agora a ameaçar a Alemanha parlamentarista -, da guerra civil espanhola, ou das constantes crises de gabinete alimentadas por escândalos e corrupção na Itália e no Japão contemporâneos para que se refute definitivamente o argumento falacioso e desinformativo de que o parlamentarismo necessariamente estabiliza a democracia e eleva e consagra a moralidade pública.

Consequentemente, sistemas de formação de governo são fruto da experiência histórica de cada povo e nunca resultados de esquemas metafísicos e deduzidos da mente de cientistas políticos, economistas ou de deputados economistas. O Brasil, os EUA, os países da África e da América Latina adotam o presidencialismo em contraposição às monarquias parlamentaristas de quem eram colônias, isto é, o presidencialismo se confunde com a própria constituição da identidade americana. O presidencialismo é o símbolo de nossa contribuição à experiência democrática de convivência política e, agora que nos livramos (?) da UDN e do stalinismo tropical, não parece o momento adequado para aventuras de metafísica institucional.

* Professor da UFF



Pela Socialização da Política

*Henri Acselrad **

Após o dia 21 de abril, o plebiscito terá deixado grande parte das elites políticas imersa em um sentimento de frustração e isolamento. Serão, então, confirmadas as evidências de que o debate sobre forma e sistema de governo nem de longe mobilizou a sociedade brasileira. Para entender este fato, pelo menos duas razões podem ser avançadas. Primeiramente, o reconhecimento de que a dimensão institucional das lutas populares concentrou-se até aqui, em essência, na conquista e reconquista das liberdades. Nos curtos períodos de vigência das liberdades democráticas no país não se fizeram presentes na agenda dos movimentos sociais questões relativas ao desenho institucional do sistema político brasileiro. A questão política central das conjunturas que sucederam a duas décadas de regime militar tem sido, para quem quiser ver, a da exclusão de parte considerável da população dos mecanismos da política. Excluída pela supressão dos direitos políticos durante a ditadura; excluída, em seguida, economicamente do mercado, das condições de exercício do trabalho e, conseqüentemente, da cidadania. Para as vastas populações vitimadas pela exclusão não se coloca a questão do aperfeiçoamento de instituições que não foram capazes de instituí-los como sujeitos políticos.

Mas, por outro lado, os próprios termos prevalentes no debate tenderam a circunscrever o alcance social do mesmo. Pois este situou a disputa na funcionalidade dos sistemas de governo, como se fosse possível estabelecer uma correspondência entre o perfil das instituições políticas e as "necessidades reais" da sociedade. Diferentes matizes de funcionalismo se manifestaram. Discutiu-se os sistemas do ponto de vista da eficácia dos governos em produzir decisões, sem se interrogar sobre os mecanismos de legitimação desses processos decisórios. Alternativamente, dirigiu-se o foco para a relação entre os sistemas de governo e a complexidade da trama de interesses sociais: tornar politicamente produtivos os conflitos sociais foi a consigna dos mais comprometidos com as mudanças. Não se conseguiu escapar assim tampouco de uma visão fictícia do Estado como ofertante das decisões que vão satisfazer as demandas dos cidadãos. Isto porque de novo surge a questão: quem falará e negociará em nome dos excluídos? Como ajustar as regras do jogo político à complexidade do tecido social se, digamos, 32 milhões estão completamente fora do jogo? Sem falar em outros tantos milhões que não puderam ainda ser convencidos de que fazem parte desse jogo.

A questão central não é ainda a eficácia dos governos, mas, sim, a legitimidade da política. "A questão política é a da sobrevivência e alargamento do espaço público - este é o cerne da democracia" - diz Claude Lefort. Incorporar os excluídos à política, estender a regulação política a novas questões, integrar populações ao espaço público - este o imperativo da construção democrática no país.

Repressão política e recessão econômica foram os mecanismos pelos quais promoveu-se a exclusão de inumeráveis atores sociais da cena política. A luta por sua inclusão - a luta pela socialização da política - resultará, sem dúvida, no fortalecimento dos partidos políticos, na desqualificação das práticas clientelísticas e fisiológicas e, finalmente, na criação das condições para um amplo debate sobre.... sistemas de governo.

* Economista do IBASE

**INFORME
CORECON**

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

